

Pressão política faz presidente da Petrobras deixar o cargo

Combustíveis Mudança de direção

Renúncia apressa trocas na Petrobras

Após pressão do Planalto e do presidente da Câmara, José Mauro Coelho deixa a empresa, e governo vê chance de nomear substituto sem assembleia prévia de acionistas

GABRIEL VASCONCELOS DENISE LUNA RIO FERNANDA GUIMARÃES SÃO PAULO

Anunciada ontem depois de forte pressão do Planalto e do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), a renúncia de José Mauro Coelho da presidência da Petrobras abriu caminho para que o governo tente acelerar a entrada do atual secretário de Desburocratização do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade, no cargo — como quer o presidente Jair Bolsonaro. Mesmo assim, ainda restam algumas etapas a serem cumpridas até que a mu-

dança se concretize. Até lá, quem comandará a estatal será o atual diretor de Exploração e Produção, Fernando Borges. Como aconteceu na entrada de Roberto Castello Branco, primeiro presidente da empresa no governo atual, em janeiro de 2019, não seria necessário convocar uma assembleia prévia de acionistas para referendar o nome de Andrade — algo que poderia estender o processo por até 60 dias. Na época, Ivan Montei-ro também renunciou ao cargo de membro do conselho de administração da estatal, e Castello Branco entrou no lugar. A ideia é que Andrade faça o mesmo agora, com o respaldo da Lei das Estatals. Nome de confiança do ministro da Economia,

Paulo Guedes, ele entraria no conselho no lugar de Coelho e ficaria como presidente interino da empresa até ser ratificado em Assembleia-Geral Ordinária (AGO) já marcada para abril de 2023. Ou, antes disso, em assembleia extraordinária que precisaria ser convocada. Segundo fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast, a próxima reunião do conselho, na terça-feira que vem, já pode eleger Andrade como conse-

heiro e presidente interino. A renúncia de Coelho veio depois de forte pressão do governo, por discordância com a atual política de preços (com paridade com o mercado internacional). O último reajuste para a gasolina e para o diesel foi anunciado neste fim de semana. A pressão exercida sobre os preços preocupa os integrantes da campanha à reeleição de Bolsonaro, que chegou a falar em CPI no Congresso. 'ILEGÍTIMO'. Os ataques também foram comandados pelo presidente da Câmara. Em artigo publicado no domingo no jornal Folha de S.Paulo, Lira chegou a dizer que a Petrobras foi "sequestrada por um presidente ilegítimo". No mercado financeiro, a renúncia

se refletiu em alta de preços para as ações da empresa (de 0,87%, para os papéis ON, e de 1,14% para os PN), com a análise de que isso poderia reduzir o clima de guerra envolvendo a Petrobras. A documentação de Andrade deve chegar hoje ao Comitê de Elegibilidade da companhia para começar a ser analisada, o que deve levar cerca de sete dias, a tempo da reunião do conselho. O comitê tem função consultiva. Ou seja, mesmo que não recomende o executivo para a função, Andrade pode assumir a presidência da empresa se for aprovado por maioria simples no conselho — que tem 11 cadeiras. ■

Mais informações sobre a Petrobras nas páginas B2 e B3

Discordância O governo quer mudar a atual política de preços da estatal, vinculada ao mercado internacional

2023. Ou, antes disso, em assembleia extraordinária que precisaria ser convocada. Segundo fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast, a próxima reunião do conselho, na terça-feira que vem, já pode eleger Andrade como conse-

Direção errada

ARTIGO Bernard Appy Diretor do Centro de Cidadania Fiscal

As mudanças de medidas voltadas a reduzir a tributação de combustíveis é uma das de maior impacto político e econômico muito positivo, ao contrário da desoneração proposta, que não tem impacto nem sobre o crescimento e benefícios, sobretudo, às famílias de maior renda.

Se o foco é compensar o impacto da alta dos preços, seria melhor ampliar a transferência de renda. Mesmo as medidas temporárias — como a desoneração completa do PIS/Cofins de todos os combustíveis até o fim do ano — são problemáticas. Por um lado, deixa-se uma enorme bomba fiscal para o próximo presidente. Por outro lado, e principalmente, não faz sentido gastar dezenas de bilhões de reais na desoneração de combustíveis em um país em que há mais de 20 milhões de pessoas passando fome e quase 700 mil famí-

lias na fila do Auxílio Brasil. Se o foco é compensar o impacto da alta dos preços sobre o poder de compra das famílias, seria muito melhor ampliar a transferência de renda para os mais pobres. Para piorar, a furta legítima do Congresso Nacional sobre o tema está levando à aprovação de textos incoerentes entre si, que certamente levarão à judicialização e gerarão insegurança sobre a forma como deverão ser recolhidos os tributos sobre combustíveis, além de dificultar uma política nacional de destímulo ao consumo de combustíveis fósseis.

O custo para a sociedade da redução eleitoral do preço dos combustíveis está ficando muito alto. ■

Combustíveis Tributação

Imposto sobre lucro da Petrobras é menor do que prevê taxa em vigor

Entre 2008 e 2021, empresa recolheu o equivalente a 15,6% em CSLL e IRPJ; alíquota conjunta dos dois tributos é de 34%

ADRIANA FERNANDES BRASIL

A Petrobras recolhe menos tributos sobre seus lucros do que prevêem alíquotas tributárias vigentes no Brasil. De 2008 a 2021, a estatal lucrou R\$ 223 bilhões e recebeu nos cofres da Receita cerca de R\$ 65 bilhões de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Os valores são equivalentes a 15,6% do lucro obtido no período — alíquota conjunta dos dois impostos cobrada pela Receita é hoje de 34%.

US\$ 13 bi seria a receita extra gerada caso a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) fosse atualizada para 40%, como já é discutido no Congresso. R\$ 62,7 bi foi o valor total recolhido pela Petrobras entre 2008 e 2021 em IRPJ e CSLL.

brar a cobrança de impostos da estatal como resposta ao aumento da companhia do reajuste do preço do diesel e da gasolina no final de semana. Além da alta da CSLL, um projeto para taxar as exportações de petróleo está entre as propostas em discussão pelos líderes do Congresso para bancar um subsídio ao diesel, como antecipou o Estadão. "É uma baixa tributação internacional com países que são grandes exportadores", diz Julia Segurado, da Brasil e uma dos países em que o setor de petróleo menos contribui para a arrecadação total. A pedida do Estadão, a pesquisadora da UFF calculou que, se a CSLL, dos atuais 9% para 18%, garantirá uma recet-

A construção da reeleição e a estatal

ANÁLISE

RAFAEL CORTEZ

A estratégia de capitalização da Petrobras em meio a eleições presidenciais é uma jogada de risco. O eleitorado rejeita a atual administração. Farta dessa rejeição é derivada do quadro econômico, que, grosso modo, torna forma que exclusivamente como reprecussão do quadro inflacionário. Assim, a tarefa de reeleição torna-se extremamente "natural" pela alternância de poder na disputa presidencial. Tal como o caso da Petrobras, a estratégia de criar fatos políticos para se contrapor às condições objetivas não costuma render dividendos eletrônicos, ainda que ofereça recheio às campanhas de marketing eleitoral. A Petrobras é só mais um alvo na tentativa do presidente de minimizar o impacto da agenda negativa à sua reeleição.

O impacto dessa estratégia na construção institucional e na credibilidade do Estado brasileiro, por sua vez, é mais garantido. A instrumentalização de instâncias e organizações para fins de disputa política costuma estar associada à perda de dinamismo econômico e de qualidade de vida do cidadão. O debate sobre política pública é saudável e salutar ao aperfeiçoamento das regras do jogo. A análise da atual conjuntura sugere mais um episódio do clássico populismo econômico que domina a política brasileira. ■

Mais informações sobre a Petrobras nas páginas B2 e B3

# Congresso quer rever a Lei das Estatais, diz Lira

estadaodigital#erika@clipclap.com

*Presidente da Câmara mira modificar as regras da Petrobras como caminho para alterar a política de preços da companhia*

ANDER PORCELLA  
EDUARDO GAYER  
BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem, após reunião com líderes partidários, que o Congresso quer discutir mudanças na Lei das Estatais, que, segundo ele, poderiam ser feitas pelo governo por meio de medida provisória (MP).

Lira disse, em pronunciamento, que os líderes partidários avaliaram que é preciso uma atuação maior do Ministério da Economia nas discussões

sobre a Petrobras e os combustíveis. “Por exemplo, em vez de a gente estar formatando uma PEC nos assuntos que sejam constitucionais, ou de projetos de lei nos assuntos que são infraconstitucionais, os infraconstitucionais poderiam ser resolvidos mais rapidamente através de medidas provisórias que possam alterar a Lei das Estatais,

## Pressão Ideia de investigar a petroleira perde força com renúncia, mas a CPI continua no radar

que permitam uma maior sinergia entre as estatais e o governo do momento”, declarou.

O presidente da Câmara disse que as estatais, nos últimos anos, foram transformadas em

“seres autônomos e com vida própria”. Ele afirmou que, muitas vezes, essas empresas ficam dissociadas do governo de ocasião.

**CPI.** No mesmo pronunciamento, Lira disse que o líder do PL na Casa, deputado Altineu Cortes (RJ), apresentará pedido de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, apesar de a ideia de abrir a investigação ter perdido força após José Mauro Coelho pedir demissão do cargo de presidente da estatal.

“Os partidos estão cada um com seu convencimento. Os líderes vão conversar com seus deputados para dar respaldo ou não a esse pedido”, disse Lira.

Antes de Lira anunciar a CPI, Bolsonaro havia reforçado a apoiaadores que defende a iniciativa. “Estou acertando uma CPI na Petrobras. Ah, você que indicou o presidente”. Sim, mas quero CPI, por que não? Investiga o cara, pô. Se der em nada, tudo bem. Mas os preços da Petrobras são um abuso”, declarou o presidente na chegada ao Palácio da Alvorada, no início da noite. ●

# Uma mudança inócua para controlar preços

## ANÁLISE

ALEXANDRE CALAIS

A única certeza que vem da troca na presidência da Petrobras é a de que os preços dos combustíveis continuarão altos como estão. Será, mais uma vez, uma medida inócua.

Nunca é demais lembrar que os preços estão altos por conta da conjuntura internacional. O custo do petróleo em todo o mundo disparou com a demanda maior após o fim dos lockdowns e ganhou ainda mais fôlego com a guerra na Ucrânia. Os preços da Petrobras estão atrelados ao mercado internacional, uma medida tomada em 2016 para blindar a empresa das ingerências do governo – que levaram a perdas bilionárias na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff.

O que o governo tenta fazer agora é exatamente isso: influenciar nos reajustes da Pe-

trobras, porque a alta dos combustíveis se tornou um problema às vésperas das eleições. Já houve pedidos recentes para que a estatal congelasse os preços por um longo período. Os argumentos são sempre os mesmos, os de que a companhia tem registrado lucros recordes e precisa dar sua contribuição em um momento em que a população sofre com a inflação.

É inegável que a empresa tem tido lucros astronômicos. Mas era o que seria mesmo de se esperar em um momento em que o petróleo subiu de forma exorbitante. Se fosse o contrário, aí, sim, seria um grave problema. Mostraria uma empresa extremamente mal administrada.

E quem é o principal beneficiário desse lucro? Ora, o próprio governo, o maior acionista da estatal. Se o problema é o lucro, o que o governo deveria fazer é usar esses recursos, de alguma forma, para subsidiar os gastos dos mais pobres ou de quem usa o combustível para trabalhar. ●

EDITOR-COORDENADOR DE ECONOMIA

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1 a 3